



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
土地工務運輸局
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, Ho Ion Sang

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado Ho Ion Sang em 6 de Fevereiro de 2015, enviada a coberto do ofício da Assembleia Legislativa n.º 184/E146/V/GPAL/2015, de 16 de Fevereiro, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 17 de Fevereiro de 2015:

O actual mecanismo da DSSOPT, destinado ao tratamento das obras ilegais funciona através das 4 etapas com seguinte ordem de trabalhos: verificação, avaliação, notificação e execução. Todos os casos são precedidos de avaliação para confirmar se as obras ilegais põem ou não em causa a segurança da estrutura do edifício, se as mesmas se encontram em estado de ruína ou em estado de deterioração, afectam a vida quotidiana dos outros moradores, ou põem em risco a segurança e saúde pública, de forma a classificar o seu nível de prioridade para tratamento e acompanhamento. As obras ilegais antigas e em estado de perigo ou que apresentem os problemas acima referidos serão classificadas como casos que merecem tratamento prioritário.

Estes casos são acompanhados pela DSSOPT segundo uma política delineada em função da ordem de prioridade, que por sua vez é definida em conformidade com os critérios de classificação supracitados, pelo que o seu tratamento é realizado em conformidade com o princípio de imparcialidade e não em função da sua localização em certo bairro de Macau. Apesar de a Administração conhecer a situação através das fiscalizações regulares e do número de processos que foram criados para tratamento das queixas relativas às obras ilegais. Contudo, atendendo que muitas destas obras ilegais estão bastante escondidas, será então necessário a disponibilização de um vasto conjunto de recursos para proceder à sua estatística e, mesmo assim, a exactidão da mesma será dificilmente assegurada. Pelo que, a Administração de momento não procedeu à estatística supramencionada.

Para além da política para o tratamento das obras ilegais acima referida, a DSSOPT também adoptou outras medidas para uma melhor resolução, na medida dos possíveis, da questão das obras ilegais, incluindo a criação do Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e Desocupação das Obras Ilegais, em 2010, para combater as obras ilegais, a criação das Instruções de Segurança e Contra o Furto no Edifício, em 2012, a fim de sensibilizar a população sobre a importância do cumprimento da legislação, reduzindo assim pela fonte o acréscimo do número das obras ilegais, bem como a criação do Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais, em



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
土地工務運輸局
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes

Março de 2013, com o intuito de incrementar a vontade dos cidadãos de procederem voluntariamente à demolição das obras ilegais, na expectativa de resolver progressivamente a questão das obras ilegais existentes em Macau, mediante diferentes medidas.

Macau, aos 27 de 3 de 2015.

O Director dos Serviços,



Li Canfeng